

# Por uma nova visão da negociação

A principal tarefa que incumbe ao novo ministro da Fazenda consiste, sem dúvida, no reatamento do diálogo com os credores estrangeiros. Em poucos meses, o governo brasileiro conseguiu dilapidar o capital de confiança que a comunidade financeira internacional depositava no país mais endividado do mundo. Ao mesmo tempo, o agravamento da situação cambial veio reduzir as possibilidades de uma negociação rápida e deixar o País em posição fraca perante os credores que haviam decidido esperar para ver. Ora, sem a solução do problema da renegociação, o Brasil fica seriamente ameaçado por uma asfixia cambial que poderá desencadear uma crise extremamente grave.

O novo ministro da Fazenda apresentou muito bem os termos do problema na entrevista que concedeu antes de ser designado: é preciso oferecer aos credores um quadro tal que lhes dê segurança de que os compromissos que o País irá assumir serão respeitados, embora esses compromissos não cheguem a saciar seus desejos. É indispensável restabelecer o diálogo, e não, apenas, fazer con-

tacto com o comitê de assessoramento dos bancos credores para pedir-lhe que, como simples carteiro, comunique friamente a estes as pretensões de nosso governo. É necessário encontrar um meio não apenas de oferecer-lhes garantias como também soluções novas para superar o impasse.

Antes do mais, urge descartar soluções irrealistas. Entre estas, merece realce a suposição de que o Banco Mundial poderia perfeitamente substituir, e com vantagens para o Brasil, o FMI. O Banco Mundial é um organismo em que a predominância norte-americana é bem mais visível e patente do que no FMI. Além disso, os fundos do Banco Mundial originam-se, principalmente, da colocação de títulos no mercado financeiro e o orgulho maior desse organismo internacional, que capta recursos no mercado em condições excepcionais, é nunca ter tido um caso de inadimplência. Por isso, essa instituição não irá fazer aplicações arriscadas, de cunho meramente assistencial. Se o Brasil obtiver recursos do Banco Mundial, ficará submetido a condições e exigências muito mais escritas

(embora diferentes) do que as impostas pelo FMI.

Outra questão que nos parece relevante é a da obtenção de *new money*, pois além de serem os bancos estrangeiros requestados também por outros países devedores, menos rebeldes do que o Brasil, não é nada fácil consegui-lo com o mercado financeiro premido pela atual falta de liquidez. Só se poderia arrancar algo dos bancos por pressão dos governos dos países em que os mesmos se radicam. Nosso governo tem de tratar agora de convencer os governos dos países integrantes do "Clube de Paris" de que sua nova política econômica é digna de crédito. Conquistar o apoio dos governos estrangeiros parece-nos, hoje, mais importante até do que ganhar as boas graças do FMI, organismo regido pelos mais importantes componentes do seu *board*, ou seja, pelos países altamente industrializados.

Os bancos credores sabem da gravidade da situação do Brasil, mas esperam de nosso governo propostas um pouco mais originais, substanciais e consistentes do que essa, que se

reduz à simples apresentação da estimativa do balanço de pagamentos (estimativa muito discutível e muito discutida...) acompanhada da exigência de desembolso anual de 4 bilhões de dólares, durante alguns anos. Uma saída original seria discutir com o comitê, não a dívida considerada como um total homogêneo, mas distinguindo nos empréstimos contraídos, entre os que não terão retorno e devem ser objeto de solução especial (desde a transformação em capital de risco à capitalização de juros), e os que terão retorno, mas necessitam de uma consolidação, uma vez que se tenha comprovado que não podem gerar recursos dentro do prazo originariamente estipulado. Se o governo brasileiro conseguir, com espírito realista e inspirando confiança, reiniciar o diálogo com os credores estrangeiros, haverá esperança de sair do impasse em tempo hábil, isto é, antes que o esboramento da situação cambial precipite o País numa crise econômica dramática, na qual se veria em posição ainda mais fraca do que a de hoje para chegar a um acordo na iminência de sofrer um colapso.